

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



SORIANO, Simão José da Luz (Lisboa, 1802 – Lisboa, 1891)

Luz Soriano nasceu no seio de uma família humilde. A mãe era criada de servir e o pai barbeiro. O pai abandonou-os e foi para o Brasil quando ele tinha apenas dois anos. A mãe foi deixá-lo a casa da avó, perto de Alcobaça. Com as invasões francesas, Luz Soriano regressa a Lisboa para junto da mãe. Graças à intervenção de um tio religioso, entra na Casa Pia de Lisboa, em 1811. Em 1816, vai aprender o ofício de ourives. A sua vocação para os estudos leva-o a matricular-se, em 1823, no 1º ano da Academia Real da Marinha. Em 1825, consegue alcançar o objectivo máximo de um estudante pobre: obter o apoio financeiro necessário para poder ingressar na Universidade de Coimbra. O seu mecenas foi o Barão de Rendufe, intendente geral da Polícia. Matricula-se nas Faculdades de Matemática e de Filosofia, mas a agitação política que o país vive impede-o de se dedicar ao estudo. No ano lectivo de 1827-28, tinha então 26 anos, alista-se como voluntário do corpo académico, participando na revolta anti-miguelista do Porto, em Maio de 1828. Com a derrota da insurreição, o exército, estudantes incluídos, foge para a Galiza, dirigido por Bernardo de Sá Nogueira, ficando instalados num depósito de madeiras navais em Plymouth. Passados meses, em Fevereiro de 1829, os jovens universitários e os restantes soldados são transferidos para a ilha Terceira, onde permanecem até Junho de 1832. Embarcam, finalmente, a caminho do Porto, cidade cercada pelas tropas miguelistas. Soriano pede para ser destacado para a Serra do Pilar, o local mais perigoso da defesa da cidade. Aqui passará algum tempo, até Sá Nogueira, ministro da marinha do governo de D. Pedro, o requisitar, em Dezembro de 1832, para trabalhar com ele, como “amanuense de primeira classe”. Terminada a guerra, vai manter-se no ministério até 1837. Neste ano, regressa a Coimbra para se formar em Medicina, aproveitando o disposto na carta de lei de 20 de Outubro de 1834, segundo a qual se permitia aos estudantes da Universidade, que tivessem emigrado, concluírem a sua formatura a expensas do estado. Termina o curso em 1842, com 40 anos. Em 1843, regressa à secretaria da marinha, sendo nomeado chefe de repartição de Angola. Com a Regeneração, Soriano pede a demissão. Entre 1853 e 1854, será deputado por aquela colónia. Em 1856, é nomeado chefe da repartição de Moçambique. Em 1858, alcança o posto de chefe de secção da marinha. Em 1865, Sá da Bandeira nomeia-o, por decreto, vogal extraordinário do conselho ultramarino, como prémio dos serviços prestados, ao longo da sua vida profissional, no campo da política ultramarina. Foram dele algumas decisões importantes, como a da extensão a sul (Moçamedes) e a norte (Ambriz) do domínio português em Angola, contrariando as ambições inglesas. Em 1867, obtém a reforma com 65 anos. Apesar de já ter livros publicados, é a partir daqui que



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

passa a dedicar-se intensivamente à narrativa histórica, escrevendo milhares de páginas. Viveu com austeridade e terá amealhado uma grande fortuna. Sem filhos, deixou os seus bens a várias instituições e obras - Casa Pia, Misericórdias, Túmulos de Vasco da Gama e de Luís de Camões, Monumento a Afonso de Albuquerque, entre outras (“Testamento” in Brito Aranha, *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo XIX, pp.226-232).

Soriano iniciou-se na escrita, como jornalista, em 1830, no periódico semanal *Crónica da Terceira*, ao serviço da Junta Provisória, instalada nos Açores. Foi ele o responsável pelos primeiros 12 números até ser afastado por desentendimentos com Palmela. Em 1832, ainda na Terceira, é editor e colaborador de uma publicação de 143 páginas intitulada *Folhinha da Terceira para o ano de 1832*. No mesmo ano, sai também um pequeno volume de poesias intitulado *Poesias Diversas de Simão José da Luz, voluntário, emigrado e académico de Coimbra*. É um conjunto de odes, canções e sonetos, de conteúdo anti-miguelista, alguns dedicados a companheiros ou figuras de referência, como Sá Nogueira. Já no desempenho das suas funções, como funcionário ministerial, escreverá duas memórias: *Memória sobre os sertões e a costa ao sul de Benguela na Província de Angola* (1846) e *Memória concernente a sustentar a opinião dos que julgam contagiosa a cólera-morbus epidémica* (1848). O seu primeiro trabalho historiográfico é a *História do Cerco do Porto*, editado 1846, tem ele 44 anos. Trata-se de uma encomenda do governo no âmbito da promoção dos estudos históricos pelo poder liberal (Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX*, pp.491-493). O escritor coloca-se na posição de alguém que viveu os acontecimentos por dentro, como membro do exército libertador, na posição mais baixa da hierarquia militar, ao lado dos soldados rasos. É a partir deste lugar que ele analisa e avalia a guerra civil e o carácter dos seus principais protagonistas. Nutre um ódio de estimação por algumas figuras, em particular por Saldanha a quem acusa de “vira-casacas”. Quanto aos dirigentes máximos, Palmela é visto como “tímido e fraco” e D. Pedro, como “inconstante e volúvel”. Merecedor de admiração incondicional, apenas Bernardo Sá Nogueira, futuro marquês de Sá da Bandeira. Em carta a Joaquim Martins de Carvalho, datada de 1881, o escritor desabafa: “a não ser o Sr. Marquês de Sá, de nenhum dos nossos governantes, passados e presentes, levo para a cova o mais pequeno sinal de consideração, mas sim de pungente desfavor” (in Brito Aranha, *Ob.Cit.*, p.218).

As obras posteriores, podemos dividi-las em três géneros: (1) História - *História da Guerra Civil* (1866-1890), *História do Reinado de El-rei D. José e da Administração do Marquês de Pombal* (1867), *Vida do Marquês de Sá da Bandeira* (1887-1888); (2) Ensaio de reflexão política - *Utopias Desmascaradas do Sistema Liberal em Portugal* (1858); (3) Ensaio memorialístico - *Revelações da Minha Vida e Memórias de Alguns Factos e Homens meus Contemporâneos* (1860). A *História da Guerra Civil* é o seu maior empreendimento. Escrito igualmente “por conta do governo”, mediante um subsídio de 600 mil reis anuais, de acordo com Inocêncio (*Dicionário Bibliográfico Português*, t. VII, p.279), é composto por 19 volumes, cinco dos quais dedicados à publicação de documentos. A sua edição estendeu-se por muitos anos, sendo iniciada um ano antes de se reformar, em 1866, e concluída um ano antes de morrer, em 1890. Durante estes 24 anos, para além da publicação, logo em 1867, do livro sobre o reinado de D. José, editou ainda



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

uma biografia de Sá da Bandeira, em 1887-1888, a sua última obra. A *História da Guerra Civil* é, portanto, o trabalho mais importante da sua vida de escritor. Descontando as duzentas páginas introdutórias dedicadas a percorrer a história do território que viria a ser Portugal, desde os tempos da Lusitânia até ao consulado pombalino, uma prática muito comum nos historiadores oitocentistas, o autor dedica-se à narrativa dos acontecimentos, desde o ano de 1777 até 1834. Divide o estudo em três épocas. A primeira estende-se desde os tempos da mítica Lusitânia até ao embarque da família real para o Brasil, em 1807. A segunda é consagrada à “Guerra da Península”, abrangendo o período cronológico que vai de 1807 a 1813. A terceira cobre os anos entre 1814 e 1834, com o título de “Estabelecimento do governo parlamentar”. Esta última parte ocupa-lhe sete tomos, para além de dois de documentos. A partir do ano de 1826, o autor entra no seu tempo de participante nos acontecimentos fulcrais da história da implantação do regime liberal. O seu objectivo, já expresso na *História do Cerco...*, é “passar da tradição oral para a escrita o pregão universal das acções ilustres e das brilhantes vitórias de que se coroou o exército libertador” (*História do Cerco...*, 1846, p.122). A verdade basilar que Soriano quer deixar aos leitores e à posteridade é esta: a guerra civil foi ganha graças à coragem, dedicação e espírito de sacrifício dos soldados do exército liberal - “foi um pequeno exército que resistiu a todo o poder de um exército de quarenta mil homens” (*Ob. Cit.*, p.122) - apesar das falhas de carácter das suas elites. O episódio da derrota de Maio de 1828 funcionou como um revelador da índole dos dirigentes liberais. Enquanto os soldados liberais fogem, a pé, para a Galiza, enfrentando as adversidades do clima e a perseguição dos miguelistas, as elites mostram a sua falta de coragem e de dignidade ao fugirem, no navio Belfast, para Inglaterra. O remate deste acontecimento será a instalação dos soldados, incluindo o grupo de estudantes de Coimbra, no “barracão” de Plymouth. A “imparcialidade”, o “acerto” e o “puro zelo da verdade” (*Ob. Cit.*, p.282), que o escritor se propõe, constituem uma mera declaração de intenções no quadro desta visão da guerra civil em que o legítimo herói é o colectivo dos soldados liberais. Visão bem diferente da de Herculano para o qual o exército libertador está intimamente ligado, na acção e no espírito, à figura tutelar do seu dirigente máximo, o imperador D. Pedro. Em *Vida do Marquês de Sá da Bandeira* (1887-1888), Soriano presta homenagem ao homem pela mão do qual entrou e progrediu na carreira de funcionário do estado, Pertencendo às elites liberais, Sá da Bandeira é o único a rejeitar “o beliche” que Palmela lhe reservara no Belfast, optando por acompanhar as tropas até à Galiza. Este gesto revelou em Sá Nogueira uma humanidade que os outros não possuíam, conquistando a admiração e lealdade de Soriano. A *História do Reinado de El-rei D. José...* foi também escrita por incumbência do estado. Pombal surge como o grande restaurador de uma nação que estava num estado “deplorável”, agravado drasticamente pelo terramoto de 1755. O historiador condena o regime despótico ao mesmo tempo que faz um balanço muito positivo da governação pombalina, responsável por tirar o país do “estado de ignorância e barbaridade em que até ali jazia” (p.192). O fascínio por Pombal, pouco comum na historiografia liberal (Pinheiro Chagas é outro admirador de Pombal), será retomado, alguns anos depois, pela historiografia republicana, com José de Arriaga e Teófilo Braga.

Em *Utopias Desmascaradas...* e *Revelações da Minha Vida...* Soriano expõe-se e justifica-se. Na primeira obra, é a doutrina liberal que é submetida à avaliação do escritor. Este manifesta, com muita



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

veemência, a sua desilusão sobre a política liberal em Portugal e a doutrina liberal em si mesma. Na segunda, apresenta ao leitor os momentos mais importantes da sua vida, intercalados por capítulos de natureza distinta (história de Coimbra e da sua universidade, descrição geográfica do arquipélago dos Açores). Nas *Revelações...*, Soriano queixa-se de que a publicação das *Utopias...* lhe mereceu a acusação de “liberticida” (*Revelações...*, 1860, p.533). Refuta a acusação, dizendo ter caído antes no “mais extraordinário cepticismo” em relação aos políticos - quer os “cartistas” quer, sobretudo, os “demagogos ou progressistas” (*Ob. Cit.*, p.545). Trinta anos de governo representativo constituíram, para ele, um “forte desmentido” do “paraíso de delícias” prometido pela revolução liberal. Não triunfou o “mérito”, nem a “virtude”, nem o “patriotismo”, nem o “zelo da causa pública”, mas antes o despique dos interesses, “uma encarniçada e fraticida luta entre os dois grandes partidos” (*Utopias...*, p. 12).

Soriano escreveu também vários artigos necrológicos, já que, atendendo à sua longa vida, viu morrer muitos amigos e conhecidos. Na sua breve passagem pela Câmara de Deputados, fez um discurso sobre a necessidade de ocupar rapidamente o porto de Ambriz no norte de Angola (12/7/1853), que suscitou a atenção pública, tendo tido uma tradução inglesa – no quadro das publicações do governo britânico acerca do tráfico de escravos - que muito orgulhou o escritor. O governo inglês foi sondado para não se opor à ocupação e esta deu-se, com sucesso, em Maio de 1855 (*Revelações da Minha Vida...*, pp. 431-432).

O historiador manifesta, em toda a sua obra, grande dificuldade em aceitar nas revoluções as inevitáveis rupturas com o passado histórico. Isso cria-lhe uma grande tensão, patente na sua narrativa, entre as suas convicções liberais, cimentadas na juventude, e às quais parece ter permanecido fiel ao longo da vida, e a realidade histórica do processo de implantação do regime liberal em Portugal, iniciado com a revolução de 1820 e concluído em 1834. Neste processo, condena o “desmantelamento geral das antigas instituições” (*História da Guerra Civil...* tomo XVII, p.366), na linha da crítica conservadora ao liberalismo. O escritor admite, até, não ter havido alternativa em 1820. Porém, os políticos vintistas foram longe de mais, apoiando-se na “população” contra “as vozes mais moderadas das Cortes”. Soriano desconfia, acima de tudo, da mentalidade revolucionária que acredita na necessidade da ruptura para construir uma sociedade nova. Enquanto um Herculano, um Garrett, um José Liberato olhavam para o passado com horror, perante os abusos cometidos pelo absolutismo, e consideravam indispensável a revolução deitar abaixo todas as estruturas do odioso regime, Soriano entende que o regime absoluto se tinha tornado, simplesmente, “incompatível com as luzes do século XIX e com o estado social da classe média” (*História da Guerra Civil...*, 1866-90, vol. XI, p. IX). Nada mais do que isso. A revolução, por seu lado, deveria ter procedido com cautela para evitar destruições desnecessárias. Aconteceu o contrário: a nova elite liberal demoliu a velha sociedade sem olhar para trás.

No discurso do escritor devemos destacar as seguintes vertentes: amor da tradição, desprezo pela “população”, apologia do governo forte de elites e crença na desigualdade natural. Relativamente à tradição não se trata da tradição tal como ela foi teorizada, entre todos, pela pena de Herculano. Para este havia uma tradição legítima (Idade Média) e uma ilegítima (absolutismo). Para Soriano a tradição assume o sentido linear da história que o país foi construindo, ao longo dos séculos, desde a sua fundação,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

abruptamente interrompida pela revolução liberal. No seu discurso a primazia, na acção política, deve caber à ponderação da realidade e da experiência e não “às teorias abstractas do governo parlamentar”. O escritor aceita a necessidade de reformas, que prefere designar por “salutares melhoramentos”, mas, na condição de que “as reformas não sejam piores do que o existente”. No seu entender, o liberalismo não seguiu esse preceito. As classes médias perpetuaram os “antigos abusos” (*História da Guerra Civil...*, 1866-90, vol. XVII, p.361), e o escritor chega a afirmar preferir “o despotismo ilustrado dos reis ao despotismo de certos liberais” (*Ob. Cit.*, vol. XI, p.XIII).

O desprezo pelo “população” é outra constante nas suas páginas. Trata-se de um sentimento partilhado por muitos escritores seus contemporâneos, a começar por Herculano (Fátima Sá, “Pueblo”, p.1234). Soriano distingue duas categorias: a “classe média”, principal apoiante do sistema liberal - objecto de crítica contundente pois é do seu seio que sai o grosso dos políticos liberais - e a “população”, “baixo povo”, “plebe” ou, ainda, “últimas classes”. O desprezo em relação a estas justifica-se por serem detentoras dos “piores vícios”, em particular a sua apetência inata pela anarquização da sociedade. Para obstar a tal, o único antídoto é um governo forte, composto por homens pertencentes às “classes ilustradas”. O apelo de Soriano para a constituição de governos fortes é muito precoce na sua obra (*Utopias...*, 1858, pp. 93-94). A caminho do final do século volta a advogar a mesma necessidade de governos de “homens de saber, de fortuna, de experiência” (*História da Guerra Civil...*, 1866-90, vol. XII, p.18). Subjacente ao desprezo pela “população” está a ideia de que a desigualdade natural é um dado imutável. Se liberais como Herculano e outros concebem a desigualdade não como um mal irremediável, um dado inato, mas algo que poderá ser modificado, nomeadamente através da educação, Soriano não alimenta nenhuma expectativa em eliminá-la ou mesmo minorá-la (*Ob. Cit.*, vol. XI, p. XI). Há nele um ressentimento face ao mundo, aliado a uma incompreensão das sociedades modernas, que o leva a confundir a crescente intervenção de sectores cada vez mais amplos da população na vida política com desordem e anarquia. Esta visão é alimentada pelo seu pessimismo antropológico, segundo o qual as paixões ruins dominam todos os seres humanos, tendendo a agravar-se quanto mais baixo se desce na escala social (*Ob. Cit.*, 3ª época, tomo II, parte I, p.18).

Foram várias as polémicas em que participou, algumas despoletadas por afirmações contidas nas suas obras relativamente a várias pessoas que se sentiram injustiçadas pela forma como ele as retratou. Palmela elogia-lhe a obra, apontando-lhe, porém, alguns erros, ao que Soriano responde que ele não achou a obra suficientemente “laudatória” (*História do Cerco do Porto*, Porto, A. Leite Guimarães Editor, 1889-90, 2ª ed., p.831). Com António Coutinho Pereira de Seabra e Sousa trava uma discussão a propósito de José Seabra da Silva, avô deste. (*Resposta ao Senhor Simão José da Luz Soriano acerca de José Seabra da Silva por seu neto António Coutinho Pereira de Seabra e Sousa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868). O general Augusto Xavier Palmeirim queixar-se-á de Soriano ter reproduzido a acusação de traição formulada pelos miguelistas quando ele, em 1833, se mudou para o campo liberal (*Carta do General Augusto Xavier Palmeirim ao Exmo Senhor Simão José da Luz Soriano a propósito de duas páginas da sua História do Cerco do Porto*, Lisboa, Tipografia Universal, 1869). A sua experiência de deputado, nos anos de 1853-1854, também esteve envolvida em polémicas. Sentiu-se perseguido e caluniado, em particular por António

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Rodrigues Sampaio, a propósito de um episódio de venda de exemplares da sua *Historia do Cerco...* em Angola. Soriano responde com um folheto venenoso (*A Quadrilha dos Senhores António Rodrigues Sampaio, Francisco Tavares de Almeida e António dos Santos Monteiro ou duas Cartas ao Redactor da Imprensa*, Lisboa, 1854) que lhe granjeará uma bengalada na cabeça, dada por um amigo de Sampaio (*Revelações...*, 1860, pp.434-438).

Soriano não se reviu em nenhuma família política do liberalismo. O setembrismo foi “uma verdadeira calamidade pública” (*Revelações...*, 1860, p.421). A Regeneração foi “ominosa” (*Ob. Cit.*, p.430). Enfim, todos os ministérios, desde 1834, se pautaram pela “imoralidade, egoísmo, dissipação, desprezo da lei” (*Ob. Cit.*, p.545). Apesar das permanentes queixas contra o constitucionalismo oitocentista, o escritor permanece um liberal, cumprindo o figurino do liberal conservador, na linha de Burke, segundo o qual, os valores liberais são, apesar de tudo, preservados mas as esperanças liberais punidas. Soriano rejeita em absoluto a esperança liberal no progresso da humanidade, herdada do Iluminismo e, depois, actualizada pelas revoluções liberais e apelida de “utópica” a ideia segundo a qual a felicidade dos povos depende da destruição do passado, para, em seu lugar construir uma sociedade nova, totalmente morigerada.

Soriano, tendo feito uma ascensão social notável, nunca deixou de se sentir, acima de tudo, o soldado plebeu aprisionado no barracão de Plymouth, a anos-luz da elite liberal de extracção aristocrática. Essa identidade de homem “nascido nas obscuras fileiras do povo” (*Revelações...*, 1860, p.627) não o impediu de fazer uma bem sucedida carreira como alto funcionário do estado e de ter sido nomeado pelo novo poder para fixar para o futuro a história da luta do exército liberal contra o miguelismo. Se a governação liberal esperava obter uma história de exaltação das façanhas dos seus heróis, o que teve foi um relato que desacredita dos ideais dos homens, para lhes apontar a “mesquinhez”, as “paixões” e os “vícios”. Todavia, a sua obra não deixa, por isso, de ser a de “um paciente beneditino, dia a dia compendiando factos, um a um os comentando com prolixidade fastidiosa”, nas palavras de Fidelino de Figueiredo (*História da Literatura...*, p.269). Embora fastidioso, permanece um autor imprescindível para o conhecimento da guerra civil e do processo de implantação do liberalismo em Portugal.

Bibliografia activa:

História do Cerco do Porto, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1846-1849

Utopias Desmascaradas do Sistema Liberal em Portugal, Lisboa, Imprensa União Tipográfica, 1858

Revelações da minha Vida e Memórias de alguns Factos e Homens meus Contemporâneos, Lisboa, Tipografia Universal, 1860

História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal Compreendendo a História Diplomática, Militar e Política deste Reino desde 1777 até 1834, 19 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890

História do Reinado de El-rei D. José e da Administração do Marquez de Pombal, Precedida de uma Breve Notícia dos Antecedentes Reinados a Começar no de El-rei D. João IV, em 1640, 2 vols., Lisboa, Tipografia Universal, 1867

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Vida do Marquês de Sá da Bandeira e Reminiscência de alguns Sucessos mais Notáveis que durante ela Tiveram Lugar em Portugal, 2 vols., Lisboa, Tipografia da Viúva Sousa Neves, 1887-1888 .

Bibliografia passiva:

Brito Aranha, “Simão José da Luz Soriano” in *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo XIX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, pp.226-232

J. Pereira de Sampaio Bruno, “Biografia do Autor” in Simão José da Luz Soriano, *História do Cerco do Porto*, 2ª ed., Porto, A. Leite Guimarães Editor, 1889-90, pp. IX-XXXVI

Fidelino de Figueiredo, *História da Literatura Romântica (1825-1870)*, 2º ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1923, pp.268-271

Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX*, Lisboa, Edições Colibri, 1998

Robert Nisbet, *O Conservadorismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987

Fátima Sá e Melo Ferreira, “Pueblo” in Javier Fernández Sebastián (dir.), *Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano. La Era de las Revoluciones, 1750-1850 [Iberconceptos I]*, Madrid, Fundación Carolina, 2009, pp.1228-1240

José Vicente Serrão, “Luz Soriano, José Simão da” in *Dicionário Enciclopédico de História de Portugal*, Vol I, Lisboa, publicações Alfa, 1990, p.404..

Ana Maria Pina, “O triunfo da arbitrariedade”, in *A Quimera do Ouro. Os Intelectuais Portugueses e o Liberalismo*, Oeiras, Celta Editora, 2003, pp.29-35

Maria de Lurdes Lima dos Santos, *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1988

Inocêncio Francisco da Silva, “Simão José da Luz Soriano”, in *Dicionário Bibliográfico Português*, Tomo VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862, pp.278-281

Carlos Eduardo de Soveral, “Soriano, Simão José da Luz”, in Jacinto do Prado Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura*, 4º vol., Porto, Figueirinhas, 1976, pp.1043-1044 (1ª ed. 1957)

Ruy d’Abreu Torres, “Soriano, Simão José da Luz”, in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol VI, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992-2000, pp.63-64 (1ª ed. 1963-1968)

Ana Maria Pina



APOIOS:

